

CURRICULUM VITÆ

JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA

1. DADOS PESSOAIS

- Nome completo: João Pedro Ramos de Almeida Pinto Ferreira
- Data de nascimento: 31 de maio de 1986
- Morada: Rua 15 de agosto, n.º 80, 2785-777 São Domingos de Rana
- E-mail: joapintoferreira@novalaw.unl.pt

2. PERCURSO ACADÉMICO

- Julho de 2020: **Doutoramento em Direito** na especialidade de Direito Processual pela NOVA School of Law (aprovado com distinção). Apresentou uma tese subordinada ao tema “Adequação formal e garantias processuais na ação declarativa”.
- Novembro de 2011: **Curso de Extensão Universitária em Arbitragem** organizado pela NOVA School of Law e pelo ADR Lab (classificação final: 18 valores).
- Junho de 2010: **Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses** na NOVA School of Law (classificação final: 18 valores). Apresentou uma tese subordinada ao tema “O litisconsórcio necessário legal e o litisconsórcio necessário natural: semelhanças e diferenças; a necessidade ou não da distinção”.
- Julho de 2008: **Licenciatura em Direito** na NOVA School of Law (classificação final: 17 valores).

3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A. Monografias

Direito Processual Civil

1. *Justiça económica em Portugal: o sistema judiciário*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, vol. 1, 2012 – Redator principal (com LUCINDA DIAS DA SILVA e PATRÍCIA GUERRA; direção

executiva de JORGE MORAIS CARVALHO e coordenação científica de MARIANA FRANÇA GOUVEIA, NUNO GAROUPA e PEDRO MAGALHÃES).

2. *Justiça económica em Portugal: gestão processual e oralidade*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, caderno 2, 2012 – Redator principal (direção executiva de JORGE MORAIS CARVALHO e coordenação científica de MARIANA FRANÇA GOUVEIA, NUNO GAROUPA e PEDRO MAGALHÃES).
3. *Justiça económica em Portugal: a citação do réu no processo civil*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, caderno 4, 2012 – Redator principal (direção executiva de JORGE MORAIS CARVALHO e coordenação científica de MARIANA FRANÇA GOUVEIA, NUNO GAROUPA e PEDRO MAGALHÃES).
4. *Justiça económica em Portugal: meios de resolução alternativa de litígios*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, caderno 6, 2012 – Redator principal (direção executiva de JORGE MORAIS CARVALHO e coordenação científica de MARIANA FRANÇA GOUVEIA, NUNO GAROUPA e PEDRO MAGALHÃES).

Resolução Alternativa de Litígios

5. *Manual de resolução alternativa de litígios de consumo*, Almedina, Coimbra, 2017 (com JORGE MORAIS CARVALHO e JOANA CAMPOS CARVALHO).
6. *Jurisprudência sobre Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2011 (edição).

Direito do Consumo

7. *Contratos celebrados à distância e contratos celebrados fora do estabelecimento comercial*, Almedina, Coimbra, 2014 (com JORGE MORAIS CARVALHO).

B. Capítulos de livros

Direito Processual Civil

1. “Princípio da gestão processual: um novo paradigma?”, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Maria Helena Brito* (no prelo).
2. “O papel do juiz no Código de Processo Civil português: cooperação e gestão processual”, in *Obra Coletiva em Homenagem ao Professor Carlos Alberto Carmona* (no prelo) (com MARIANA FRANÇA GOUVEIA).
3. “Evolução do processo civil – democratização, celeridade e gestão processual”, in *40 Anos de Política de Justiça em Portugal*, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 181-197 (com MARIANA FRANÇA GOUVEIA e MICAEL MARTINS TEIXEIRA).

Resolução Alternativa de Litígios

4. “A resolução alternativa de litígios de consumo na Lei n.º 144/2015”, in *Estudos em Homenagem ao Dr. Manuel Ataíde Ferreira*, DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, [s. l.], 2016, pp. 310-332.
5. “A alegação oportuna da incompetência e da irregularidade na constituição do tribunal arbitral na jurisprudência”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 759-809.
6. “A arbitragem voluntária na jurisprudência dos tribunais superiores”, in *Jurisprudência sobre Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 11-21 (com MARIANA FRANÇA GOUVEIA).

Insolvência

7. “Portugal”, in *A Guide to Consumer Insolvency Proceedings in Europe*, Edward Elgar Publishing, Cheltenham/Northampton, 2019, pp. 802-815 (com JORGE MORAIS CARVALHO).

Direito do consumo

8. “Contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial”, in *I Congresso de Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 95-113 (primeiro autor; com JORGE MORAIS CARVALHO).

C. Artigos em revistas da especialidade

Direito Processual Civil

1. “A oposição à execução baseada em requerimento de injunção – comentário ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 388/2013”, in *Themis*, ano 13, 2013, n.ºs 24/25, pp. 315-348 (primeiro autor; com MARIANA FRANÇA GOUVEIA).
2. “O âmbito subjetivo do caso julgado e o sentido da decisão no contencioso de invalidade de deliberações sociais”, in *Themis*, ano 12, 2012, n.ºs 22/23, pp. 145-173.
3. “Litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural. A necessidade ou não da distinção”, in *Themis*, ano 10, 2010, n.º 19, pp. 73-113.

Resolução Alternativa de Litígios

4. “Tradução da Convenção das Nações Unidas sobre acordos de mediação internacionais”, in *Anuário do ADR Lab*, ano 2, 2019, pp. 309-323.
5. “Reflexão sobre a arbitragem e a mediação de consumo na Lei de Defesa do Consumidor – a Lei n.º 63/2019, de 16 de agosto”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, ano 13, 2020, pp. 9-35 (com JORGE MORAIS CARVALHO).
6. “Consumer ADR in Portugal”, in *Journal of European Consumer and Market Law*, vol. 7, 2018, pp. 89-91 (primeiro autor; com JOANA CAMPOS CARVALHO).
7. “Princípio da voluntariedade na arbitragem e na mediação de consumo em Portugal”, in *Revista Brasileira de Direito Processual*, ano 26, 2018, n.º 104, pp. 215-232 (primeiro autor; com JOANA CAMPOS CARVALHO e JORGE MORAIS CARVALHO).

Insolvência

8. “Processo especial para acordo de pagamento: uma análise empírica”, in *Themis*, ano 21, 2022, n.º 36 (no prelo) (primeiro autor; com MARIANA FRANÇA GOUVEIA, SUSANA SANTOS, MARA VICENTE e ANDRÉ SEROMENHO).
9. “IN_SOLVENS: Direito da Insolvência em Portugal – Apresentação de um projeto em curso”, in *Revista do Ministério Público*, ano 42, 2021, n.º 167, pp. 223-245 (com MARIANA FRANÇA GOUVEIA, HIGINA CASTELO, LUA MOTA SANTOS, GUILHERME GOMES e SUSANA SANTOS).

Direito do Consumo

10. “Contrato para a utilização de instalações e equipamentos desportivos – anotação ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Junho de 2012”, in *Desporto & Direito*, ano 10, 2012, n.º 28, pp. 33-59 (com JORGE MORAIS CARVALHO).

D. Textos disponíveis on-line

1. “O princípio da gestão processual na prática judiciária”, in *CEDIS Working Paper Direito e Justiça*, n.º 2, 2018, disponível em <http://cedis.fd.unl.pt/blog/project/o-principio-da-gestao-processual-na-pratica-judiciaria> (primeiro autor; com ANA LI; coordenação de MARGARIDA LIMA REGO).
2. “Cross-border mediation in Portugal”, disponível *on-line* em https://www.vfst.de/apps/cbm/CBM_PRT (com MARIANA FRANÇA GOUVEIA e ÚRSULA CASER).

4. PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS, COLÓQUIOS, SEMINÁRIOS E OUTRAS INICIATIVAS

Direito Processual Civil

1. Intervenção no “Curso de Direito Processual” organizado pela delegação regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, com o tema “Processo executivo” (abril de 2021).

2. Intervenção no “Curso Direito e Jornalismo”, com o tema “Processo e organização judiciária” (dezembro de 2019; com MARIANA FRANÇA GOUVEIA).
3. Intervenção na conferência “Temas de Direito Processual Civil”, com o tema “Princípio da gestão processual” (abril de 2019).
4. Intervenção no “I Congresso Luso-brasileiro de Direito Processual”, com o tema “Normas fundamentais (estruturantes) do processo civil: o que temos em comum? Estamos diante de um (efetivo) incremento da base democrática do sistema?” (junho de 2018).
5. Intervenção na 1.^a e 2.^a edições do “Curso Breve sobre a Revisão do CPTA e do ETAF”, com o tema “Aplicação supletiva do Código de Processo Civil ao processo administrativo e princípios processuais” (outubro e novembro de 2015).
6. Intervenção em workshops do Estudo sobre a Justiça Económica em Portugal, com os temas “Meios de resolução alternativa de litígios” (maio de 2013) e “Gestão processual no contexto da produção da prova” (abril de 2013).

Resolução Alternativa de Litígios

7. Intervenção nas “NOVA Consumer Talks – Mandatory Mediation in Consumer Disputes”, com o tema “Mandatory mediation on the Portuguese Consumer Protection Act” (janeiro de 2021).
8. Intervenção no Colóquio “Alojamiento Local, Plataformas Digitales y Protección de los Consumidores – Perspectivas Luso-españolas”, com o tema “Alojamento local e resolução alternativa de litígios” (maio de 2018).
9. Formador no curso “Resolução alternativa de litígios de consumo – mediação e arbitragem de consumo. A Lei n.º 144/2015 e a plataforma de resolução de litígios em linha”, organizado pela AlmedinaMAIS (junho de 2017; com JORGE MORAIS CARVALHO).
10. Intervenção em 4 edições do “Curso sobre Direito do Consumo e Resolução Alternativa de Litígios de Consumo”, com o tema “Resolução alternativa de litígios de consumo” (novembro de 2015 a

dezembro de 2018; com JORGE MORAIS CARVALHO e JOANA CAMPOS CARVALHO).

Insolvência

11. Intervenção no “Global Meeting on Law and Society”, com o tema “Pre-insolvency mechanisms in Portugal: an empirical analysis of their main procedural features”.
12. Intervenção nas duas edições do “Curso Insolvência e Instrumentos Legais de Recuperação”, com o tema “Processo Especial para Acordo de Pagamento: análise do regime legal” (janeiro de 2021 e junho de 2022).
13. Intervenção na conferência “IN_SOLVENS: PER e PEAP – passado, presente e futuro”, com o tema “Processo Especial para Acordo de Pagamento” (dezembro de 2021).
14. Moderação do painel sobre “A exoneração do passivo restante – o novo período de cessão, suas vicissitudes e a liquidação do ativo superveniente” na conferência “O Plano de Recuperação e Resiliência para a Justiça Económica e a transposição da Diretiva 2019/1023, do Parlamento Europeu e do Conselho”, organizada pelo Ministério da Justiça (novembro de 2021).
15. Intervenção no “Encontro de Administração da Justiça – ENAJUS 2021”, com o tema “IN_SOLVENS: Direito da Insolvência em Portugal – apresentação de um projeto em curso” (outubro de 2021).
16. Intervenção, com Nuno Gundar da Cruz, na formação “Meios de cobrança de créditos em insolvência”, organizada pela b.law (março de 2021; com NUNO GUNDAR DA CRUZ).

Direito do consumo

17. Intervenção nas “Jornadas de Direito do Consumo” organizadas pela delegação regional de Barcelos da Ordem dos Advogados, com o tema “Contratos celebrados à distância” (junho de 2021).
18. Intervenção como comentador no English SPEED de FABRIZIO ESPOSITO, com o tema “C-260/18, Dziubak is a fundamentally wrong

- decision: superficial reasoning, disrespectful of national courts, lowers the level of consumer protection” (November 2020).
19. Intervenção no Curso “Entrepreneurship & Law”, com o tema “Contratos celebrados à distância” (novembro de 2017).
 20. Formador, com Jorge Morais Carvalho, no curso “Serviços financeiros – contratos com consumidores”, organizado pela AlmedinaMAIS (maio de 2016).
 21. Intervenção nas 6 edições do “Curso sobre Direito do Consumo e Resolução Alternativa de Litígios de Consumo”, com o tema “Contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial” (novembro de 2015 a dezembro de 2018).
 22. Intervenção no “Congresso de Direito do Consumo”, com o tema “Contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial” (setembro de 2015).
 23. Formador, com Jorge Morais Carvalho, no curso “O novo regime dos contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial”, organizado pela AlmedinaMAIS (maio de 2015).
 24. Intervenção, com Jorge Morais Carvalho, na “II Escola de Verão da Nova Direito”, com o tema “Novo regime dos contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial (julho de 2014).
 25. Intervenção no “Curso sobre Direito das Comunicações Eletrónicas”, com o tema “Consumidor e contratos de consumo” (abril de 2014).

5. ATIVIDADE LETIVA

A. Unidades curriculares lecionadas (NOVA School of Law)

1. Providências Cautelares (2022/2023), no Mestrado em Direito Forense e Arbitragem.
2. Teoria do Processo (2022/2023), na Licenciatura em Direito (com HELENA BOLINA).
3. Direito Processual Civil Executivo (2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023), na Licenciatura em Direito.
4. Insolvência (2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023), nos Mestrados em Direito Forense e Arbitragem e em Direito – Especialização em Direito Social e da Inovação.

5. Introdução à Mediação (2016/2017 a 2020/2021), nos Mestrados em Direito Forense e Arbitragem e em Direito – Especialização em Direito Social e da Inovação (entre 2016/2017 e 2018/2019, com JOANA CAMPOS CARVALHO).
6. Mediação – Técnicas e Processo (2016/2017 a 2018/2019), no Mestrado em Direito Forense e Arbitragem (com JOANA CAMPOS CARVALHO).
7. Colaboração em atividades docentes, designadamente aulas e correção de exames nas disciplinas de Teoria Geral do Direito Privado, Direito dos Contratos, Direito das Pessoas e da Família, Teoria do Processo, Direito Processual Civil Declarativo, Direito Processual Civil Executivo e Contratos Cíveis e Comerciais (licenciatura), Direito do Consumo, Resolução Alternativa de Litígios, Mediação – Técnicas e Processo (mestrado).

B. Coordenação científica de cursos

1. Coordenação da 1.^a e 2.^a edições do “Curso avançado em insolvência e instrumentos legais de recuperação” (dezembro de 2020 a janeiro de 2021 e maio a junho de 2022; com MARIANA FRANÇA GOUVEIA e NUNO GUNDAR DA CRUZ).
2. Coordenação da 5.^a e 6.^a edições do “Curso de direito do consumo e de resolução alternativa de litígios de consumo” (fevereiro a março de 2018 e novembro a dezembro de 2018; com JORGE MORAIS CARVALHO).

6. INVESTIGAÇÃO

A. Participação em projetos de investigação

1. Co-investigador principal do projeto *IN_SOLVENS: Direito da insolvência em Portugal – uma análise multidisciplinar* (investigador principal: MARIANA FRANÇA GOUVEIA). O projeto – com a referência PTDC/DIR-OUT/2939/2020 – conta com um financiamento concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do concurso de IC&DT de 2020. Os trabalhos tiveram início em fevereiro de 2021 e terão uma duração de 36 meses.

2. Coordenação executiva do projeto “Academia do Consumo para os CIAC” (com JORGE MORAIS CARVALHO, JOANA CAMPOS CARVALHO e MARIA MIGUEL OLIVEIRA DA SILVA). O projeto conta com um financiamento do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores. Os trabalhos tiveram início em janeiro de 2021 e terão uma duração de 24 meses.
3. Membro da equipa do projeto *Erasmus Plus Capacity Building Calesa*. O projeto (com a referência 6096668-EPP-1-2019-1-ES-EPPKA2-CBHE-JP) conta com um financiamento da Comissão Europeia. Os trabalhos tiveram início em janeiro de 2020 e terão uma duração de 48 meses.
4. Membro da equipa de investigação do estudo *Justiça Económica em Portugal*, realizado no âmbito de um protocolo entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e a Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (abril de 2011 a dezembro de 2012).

B. Coordenação de unidades de investigação

1. Co-coordenador do NOVA Dispute Resolution Forum (com MARIANA FRANÇA GOUVEIA e Luís HELENO TERRINHA) e coordenador do grupo de processo civil e insolvência.
2. Membro do conselho diretivo do Laboratório de Resolução Alternativa de Litígios – ADR Lab (desde outubro de 2017). O Laboratório tem como missão contribuir para o desenvolvimento dos meios de resolução alternativa de litígios, em particular a mediação e a arbitragem.

C. Integração em conselhos editoriais de revistas científicas e painéis de revisão por pares

1. Membro do conselho editorial do Anuário do Laboratório de Resolução Alternativa de Litígios desde a sua criação (novembro de 2018). O anuário conta, até ao momento, com três números, disponíveis em <https://drf.novalaw.unl.pt/anuarios/>.

2. Membro do corpo de revisores externos da RED – Revista Eletrónica de Direito (desde setembro de 2015).

D. Integração em redes científicas

1. Investigador do NOVA Consumer Lab (desde setembro de 2020).
2. Membro do Instituto Português de Processo Civil (desde janeiro de 2013).
3. Investigador do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (desde dezembro de 2013).

E. Bolsas de investigação

1. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (entre 1 de maio de 2015 e 31 de abril de 2019).
2. Bolseiro de iniciação científica do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, tendo colaborado no projeto “Jurisprudência sobre Arbitragem” (entre julho de 2010 e dezembro de 2010).

7. OUTRAS ATIVIDADES ACADÉMICAS

A. Orientações

Teses de doutoramento

1. Ana Machado – “O papel da inteligência artificial no processo civil” (desde março de 2022).
2. Giselle Beran Medella d’Almeida – “Os limites da conciliação e da mediação no sistema judicial” (desde maio de 2021).

Teses de mestrado

a. Direito Processual Civil

1. Ana Sofia Pereirinha Estopa – “A concretização da impenhorabilidade na jurisprudência à luz do processo civil português” (desde setembro de 2022).
2. Ana Isabel Santiago de Barros Veríssimo – “A publicidade das decisões judiciais na prática do TJUE: Contributos para a construção de um modelo nacional” (desde outubro de 2020).

3. Pedro Miguel Vaz Silva – “O uso anormal do processo: problemas antigos e recentes à luz do atual Código de Processo Civil”. Defendida em maio de 2022.
4. Iara José Valente Câmara – “As problemáticas do regime da inversão do contencioso”. Defendida em novembro de 2021.
5. Ben-Hur Klaus Cuesta Duarte – “Reconhecimento de sentenças estrangeiras: admissibilidade do controle de mérito”. Defendida em setembro de 2021.

b. Mediação

6. Raíssa Gabrielle Castelo Branco Lemos – “Mediação nas serventias extrajudiciais: entre Brasil e Portugal”. Defendida em julho de 2022.
7. Joana Roxo Saraiva Gonçalves – “Convenção de Singapura: a harmonização dos conflitos comerciais internacionais”. Defendida em junho de 2022.
8. Cristiane Mara Mateus – “Mediação digital: a expansão dos modelos ODR (Online Dispute Resolution) nos sistemas privados de resolução alternativa de litígios”. Defendida em março de 2022.

c. Insolvência

9. Jacinta Cristóvão Afonso dos Santos – “Resolução em benefício da massa insolvente e impugnação pauliana” (desde setembro de 2022).

Relatórios de estágio e trabalhos de projeto

a. Direito Processual Civil

10. André Cardoso Ferreira – “A competência para as ações de responsabilidade civil extracontratual decorrentes de factos praticados online: Estudo de jurisprudência europeia” (desde novembro de 2020).
11. Patrícia Sofia Pires Lavrador – “A prova pericial no processo civil”. Entregue em junho de 2022.
12. Catarina Santos de Jesus Candeias – “Instrumentos de organização da produção de prova: uma análise prática”. Defendida em junho de 2022.

- b. Insolvência
13. André Tiago Martins Seromenho – “A exoneração do passivo restante e a reabilitação das pessoas singulares”. Entregue em junho de 2022.

B. Participação em painéis académicos, júris ou comissões

Como arguente (teses e relatórios de estágio)

1. Ana Sofia Nogueira Afonso Gonçalves – “A variabilidade dos temas da prova”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO (orientador). Relatório de estágio defendido em maio de 2022 na NOVA School of Law.
2. Camila Ramos de Camargo – “O princípio da *par conditio creditorum*: análise da controvérsia jurisprudencial no campo do Processo Especial de Revitalização”. Outros membros do júri: Professor Doutor VASCO SANTOS (presidente); Professor Doutor MIGUEL CALADO MOURA (orientador). Tese defendida em fevereiro de 2022 na NOVA School of Law.
3. Loredana Petrea – “O dever de cooperação no âmbito da produção de prova”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); Professor Doutor ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO (orientador). Tese defendida em setembro de 2021 na NOVA School of Law.
4. Duarte Nuno Gomes de Melo e Castro e Melo – “Autonomia das declarações de parte como meio de prova”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); Professora Doutora ZAMIRA DE ASSIS (orientadora). Relatório de estágio defendido em dezembro de 2020 na NOVA School of Law.

Como orientador

5. Raíssa Gabrielle Castelo Branco Lemos – “Mediação nas serventias extrajudiciais”. Outros membros do júri: Professor Doutor JOÃO ZENHA MARTINS (presidente); Professor Doutor ANTÓNIO PEDRO

- PINTO MONTEIRO (arguente). Tese defendida em julho de 2022 na NOVA School of Law.
6. Joana Saraiva Roxo Gonçalves – “A Convenção de Singapura sobre acordos de mediação internacionais”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); Professora Doutora CÁTIA MARQUES CEBOLA (arguente). Tese defendida em junho de 2022 na NOVA School of Law.
 7. Catarina Santos de Jesus Candeias – “Instrumentos de organização da produção da prova: uma análise prática”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); Professora Doutora DANIELA MIRANTE (arguente). Relatório de estágio defendido em junho de 2022 na NOVA School of Law.
 8. Pedro Miguel Vaz Silva – “O uso anormal do processo”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); Professor Doutor RICARDO APRIGLIANO (arguente). Tese de mestrado defendida em maio de 2022 na NOVA School of Law.
 9. Cristiane Mara Mateus – “Mediação digital: a expansão dos modelos ODR (Online Dispute Resolution) nos sistemas privados de resolução alternativa de litígios”. Outros membros do júri: Professor Doutor JOÃO ZENHA MARTINS (presidente); Professora Doutora JOANA FARRAJOTA (arguente). Tese defendida em março de 2022 na NOVA School of Law.
 10. Iara José Valente Câmara – “As problemáticas do regime da inversão do contencioso”. Outros membros do júri: Professora Doutora MARIANA FRANÇA GOUVEIA (presidente); Professor Doutor PEDRO CAETANO NUNES (arguente). Tese defendida em novembro de 2021 na NOVA School of Law.
 11. Ben-Hur Klaus Cuesta Duarte – “Reconhecimento de sentenças estrangeiras: admissibilidade do controle de mérito”. Outros membros do júri: Professor Doutor FRANCISCO PEREIRA COUTINHO (presidente); Professor Doutor ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO (arguente). Tese defendida em setembro de 2021 na NOVA School of Law.

Outro tipo de júris

1. Avaliação final do 3.º estágio de agentes de execução (setembro de 2013).

8. OUTRAS ATIVIDADES

A. Elaboração de estudos e pareceres

1. Consultor para o direito português do “Ex-post evaluation of the Programme of Community Action in the field of consumer policy 2007-13 and the mid-term evaluation of the Consumer Programme 2014-20”, encomendado pela DG JUST à empresa Civic Consulting (entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018).
2. Consultor para o direito português, com Jorge Morais Carvalho, do “Study to support the fitness check of EU consumer law”, encomendado pela DG JUST à empresa Civic Consulting (entre maio e agosto de 2016).

B. Outras funções exercidas

1. Secretário da mesa da Assembleia Geral da Jurisnova (desde março de 2022).
2. Membro da lista de mediadores do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (desde julho de 2021).
3. Árbitro do Centro de Arbitragem do Setor Automóvel (entre fevereiro e setembro de 2021).
4. Assessor jurídico da Unidade de Mediação e Acompanhamento de Conflitos de Consumo, com intervenção em largas dezenas de mediações e em cerca de uma centena de arbitragens de consumo (entre junho de 2012 e agosto de 2018).

C. Competências linguísticas

- Fluente em Inglês e Francês.
- Lê em Italiano e Espanhol.